



Cuiabá, 24 de março de 2020

Ao Banco Central do Brasil

Em atendimento ao disposto no Art. 4º da Circular 3.964, de 25 de setembro de 2019, elaboramos a presente carta de apresentação das demonstrações financeiras da **AL5 S.A. Crédito, Financiamento e Investimento** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que compreende:

1. Relatório da Administração;
2. Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;
3. Balanço Patrimonial;
4. Demonstração de Resultados;
5. Demonstração do Resultado Abrangente;
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
7. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
8. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras objeto deste arquivo estarão disponíveis no endereço eletrônico www.al5bank.com.br.

A administração declara que é responsável pela correta apresentação das demonstrações financeiras e se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Tarcísio Hubner
Diretor Presidente

Patrícia Michelli Alves de Lima
Diretora Administrativa e Financeira

Derli Teobaldo Halberstadt
Contador – CRC-PR-042073/O-6



AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Cuiabá - MT

**Demonstrações Financeiras do Semestre Findo em 31 de dezembro de
2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	5
Balanço Patrimonial	8
Demonstração dos Resultados	9
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa	12
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras	13

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da AL5 S.A. CFI submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, Muller & Prei Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Permanecemos à disposição dos Srs. Acionistas para prestar esclarecimentos adicionais necessários.

Fatos Novos Relevantes

O ano de 2020 foi de grandes desafios para a AL5 S.A. CFI. Se no início a expectativa era de crescimento econômico e de expansão dos negócios após o lançamento das contas digitais “**AL5 BANK**”, ocorrido em dezembro de 2019, o cenário que se apresentou, em decorrência da pandemia provocada pelo novo Coronavírus foi de instabilidade econômica em todo o mundo.

O grande ponto de destaque ao longo do ano que se passou foi o cuidado e a preocupação com as **vidas**. Seguindo as diretrizes emanadas da alta gestão da Amaggi, abrangendo todas as empresas do conglomerado, a AL5 S.A. CFI adotou medidas de proteção à saúde de seus colaboradores, que incluíram a pronta entrada em regime de trabalho remoto (*Home-Office*) para cerca de 70% dos colaboradores, além de férias e compensação de horas para os demais, atingindo o distanciamento social em 100% de seu quadro no momento mais grave da primeira onda de infectados que atingiu o estado de Mato Grosso.

Com retorno gradual ao trabalho presencial e de forma controlada, a Companhia tomou medidas de segurança sanitária, como a mudança de posicionamento das estações de trabalho, o monitoramento diário da temperatura corporal, a disponibilização de máscaras, produtos de higiene em todos os ambientes, o acesso restrito à matriz, além do acompanhamento e monitoramento pela equipe de medicina e segurança do trabalho.

Destaca-se também que a AL5 S.A. CFI manteve o seu quadro de 23 colaboradores.

Diante do delicado momento econômico ao qual os brasileiros enfrentaram, a Companhia também adotou medidas visando diminuir os impactos para seus clientes. Estruturou e disponibilizou ferramentas e canais para ofertar renegociações das operações de crédito, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.782, de 16 de março de 2020, que dispensou temporariamente a caracterização destas operações como “ativo problemático” para fins de gerenciamento do risco de crédito.

Apesar do cenário de depressão econômica em que o mundo se encontrou, a AL5 S.A. CFI não deixou de evoluir. Investiu significativamente em tecnologia para melhoria de desempenho do aplicativo *mobile* e, em novembro de 2020, passou a operar no **Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI)**.

Desenvolvido pelo Banco Central do Brasil (BACEN) com o nome “*PIX*”, o SPI permite a realização de transações bancárias e pagamentos em tempo real entre todas as instituições participantes, disponível 24 horas por dia, 7 dias da semana. A tecnologia é um novo marco no mercado financeiro brasileiro, que até então operava apenas em dias úteis, com horários limitados.

A proposta do “*PIX*” é reduzir custos aos usuários, aumentar a competitividade entre instituições e permitir maior segurança nas operações financeiras.

Nos primeiros 45 dias de operação, o volume de recursos transacionados via PIX foi de R\$ 485 mil nas contas de pagamento AL5 Bank.

Além do PIX, outro marco em 2020 foi a entrada em vigor da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, que institui a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A norma dispõe sobre o tratamento de dados pessoais de pessoas físicas e jurídicas, tendo por objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (Lei 13.709. Art. 1º). Para atendimento desta norma, a AL5 S.A. CFI, através da gerência de Riscos e Compliance, em ação conjunta com todas as empresas do conglomerado Amaggi, contou com empresa de consultoria especializada, que mapeou todos os processos que envolvem o tratamento de dados pessoais, elaborou o plano de ação e as políticas e diretrizes de segurança de dados.

Aspectos operacionais e desempenho econômico-financeiro

A AL5 S.A. CFI encerrou o exercício com 10.636 operações de crédito ativas e volume de recursos liberados no montante de R\$ 104,74 milhões, com receitas totais na ordem de R\$28,35 milhões. Crescimento de 94,4% em relação ao exercício anterior.

No entanto, a diminuição da renda de grande parte dos brasileiros, causado pela pandemia *COVID-19*, impactou diretamente as operações, elevou de forma considerável a inadimplência no período e, conseqüentemente ao aumento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (R\$ 10 milhões).

A taxa básica de Juros (Selic), que iniciou o ano em 4,5%, reduziu para 2,25% ao fim do primeiro semestre e fechou o ano em 2%, menor índice histórico já apresentado, e refletiu diretamente nas taxas praticadas pela instituição.

Em consequência de todo este cenário atípico, ao fim do exercício de 2020 a instituição apresentou Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro negativo na ordem de R\$ 3,4 milhões e prejuízo no Exercício, no valor de R\$ 3,8 milhões.

Como resultado da instabilidade econômica mundial e da realização de gastos alocados no desenvolvimento de novas tecnologias para seu negócio, o resultado apurado ainda não refletiu a expectativa de projeção de nossas atividades retratado no Plano de Negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Ainda assim, em cumprimento ao disposto no artigo 11 do regulamento anexo I à Resolução nº 4.122/2012 esta Administração declara que está buscando a aderência ao Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil (BACEN) e ressalta que a gestão de capital da Companhia é conduzida de maneira prospectiva com objetivo de mensurar e prescrever a necessidade de capital de forma a antecipar a possibilidade de eventos ou alterações nas condições do mercado. Tais medidas são efetuadas através, principalmente, do acompanhamento do Plano de Negócios e dos Ativos Ponderados por risco.

Por fim, destacamos que no cumprimento dos nossos compromissos e responsabilidades intrínsecos e próprios das atividades da Financeira, é compromisso da Administração garantir que as operações da AL5 S.A. CFI sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos.

Cuiabá-MT, 24 de março de 2021.

Tarcísio Hubner
Diretor Presidente

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, (anteriormente denominada “Amaggi S.A. - CFI”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AL5 S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cuiabá, 24 de março de 2021.



MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1 S/MT
REGINALDO BESCROVAINE
Contador CRC-PR Nº. 45.212/O-5 S/MT

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Balanço Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante		78.466	74.915
Disponibilidades	5.a	446	278
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		18.559	16.576
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.b	18.559	16.576
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		14	501
Carteira Própria	6	14	501
Relações Interfinanceiras		519	-
Direitos Junto a Particip. do Sistema de Liquid.	7	47	-
Créditos Vinculados		472	-
Operações de Crédito		54.797	57.309
Setor Privado	8.a	68.877	59.403
Setor Público	8.a	60	26
(-) Provisão p/Créditos em Liquidação Duvidosa	8.c	(14.140)	(2.120)
Outros Créditos		1.779	237
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições	9	1.720	-
Diversos		59	237
Outros Valores e Bens		2.352	14
Bens Não de uso Próprio	10	2.248	-
Outros Valores e Bens		104	14
Realizável a Longo Prazo		33.869	21.275
Operações de Crédito		33.791	21.251
Setor Privado	8.a	36.469	21.678
Setor Público	8.a	140	60
(-) Provisão p/Créditos em Liquidação Duvidosa	8.c	(2.818)	(487)
Outros Valores e Bens		78	24
Despesas Antecipadas	10	78	24
Permanente		1.434	841
Imobilizado de Uso	11	276	311
Outras Imobilizações de Uso		415	394
(-) Depreciações Acumuladas		(139)	(83)
Intangível		1.158	530
Outras Ativos Intangíveis	12	1.428	628
(-) Amortizações Acumuladas		(270)	(98)
Total do Ativo		113.769	97.031

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante		4.692	2.240
Depósitos		3.783	10
Depósitos a Prazo	13.a	3.783	10
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		-	752
Recursos de Aceites Cambiais	13.b	-	752
Relações Interfinanceiras		28	-
Obrigações Junto a Particip. do Sistema de Liquid.		28	-
Outras Obrigações		881	1.478
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	14.a	1	95
Sociais e Estatutárias	14.b	-	342
Fiscais e Previdenciárias	14.c	237	750
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	14.d	184	-
Diversas	14.e	459	291
Exigível a Longo Prazo		63.548	55.470
Depósitos		4.848	-
Depósitos a Prazo	13.a	4.848	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		58.087	55.470
Recursos de Aceites Cambiais	13.b	58.087	55.470
Outras Obrigações		613	-
Recursos Vinculados à Operações de Crédito	14.d	613	-
Patrimônio Líquido		45.529	39.321
Capital		50.000	50.000
De Domiciliados no País		50.000	50.000
(-) Capital a Integralizar		-	(10.000)
Reservas de Lucros		12	12
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(4.483)	(691)
Total do Passivo		113.769	97.031

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento**Demonstração do Resultado**

(Em milhares de Reais)

		2º Semestre		
	Nota	de 2020	2020	2019
Receitas de Intermediação Financeira	19.a	12.880	26.821	13.583
Operações de Crédito		12.634	26.302	10.797
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		246	514	2.762
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		-	5	24
Despesas da Intermediação Financeira		(12.215)	(23.338)	(7.073)
Operações de Captação no Mercado	19.b	(728)	(1.851)	(3.597)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(9.981)	(18.408)	(2.482)
Outras Despesas de Intermediação Financeira	19.c	(1.506)	(3.079)	(994)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		665	3.483	6.510
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(3.379)	(6.914)	(4.931)
Receitas de Prestação de Serviços	19.d	600	1.172	755
Outras Despesas Administrativas	19.e	(2.342)	(4.451)	(2.792)
Despesas de Pessoal	19.f	(1.744)	(3.579)	(2.693)
Despesas Tributárias	19.g	(180)	(414)	(444)
Outras Receitas/(Despesas)	19.h	287	358	243
Resultado Operacional		(2.714)	(3.431)	1.579
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações		(2.714)	(3.431)	1.579
Imposto de Renda e Contribuição Social		1.720	(361)	(1.333)
Provisão para Imposto de Renda	16	-	(1.285)	(561)
Provisão para Contribuição Social	16	-	(796)	(394)
Ativo Fiscal Diferido	16	1.720	1.720	(378)
Lucro Líquido/(Prejuízo)do Período		(994)	(3.792)	246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre de 2020	2020	2.019
Resultado Líquido	<u>(994)</u>	<u>(3.792)</u>	<u>246</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente Líquido do Semestre	<u>(994)</u>	<u>(3.792)</u>	<u>246</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
do Semestre Findo em 31 de Dezembro
(Em milhares de Reais)**

Eventos	Capital Integralizado	Aumento de Capital	(-) Capital a Integralizar	Reservas de Lucro		Lucros ou Prejuízos Acumulados	TOTAL
				Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	15.000	-	-	-	-	(583)	14.417
Aumento de Capital	25.000	10.000	(10.000)	-	-	-	25.000
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	246	246
Constituição de Reservas	-	-	-	12	-	(12)	0
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(342)	(342)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	40.000	10.000	(10.000)	12	-	(691)	39.321
Aumento de Capital	10.000	(10.000)	10.000	-	-	-	10.000
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	(2.798)	(2.798)
Saldos em 30 de Junho de 2020	50.000	-	-	12	-	(3.489)	46.523
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	(994)	(994)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	50.000	-	-	12	-	(4.483)	45.529
Mutações do Período	-	-	-	-	-	(994)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto (Em milhares de Reais)

	2º Semestre de 2020	2020	2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.714)	(3.431)	1.579
Ajustes ao Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período			
Depreciações e Amortizações	139	228	91
Provisão para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	6.334	14.351	1.732
	<u>3.759</u>	<u>11.148</u>	<u>3.402</u>
IR e CS Pagos	-	(2.081)	(955)
(Aumento)/Redução dos Ativos			
Títulos e Valores Mobiliários	5	487	-
Relações Interfinanceiras	(519)	(519)	-
Operações de Crédito	(9.756)	(24.379)	(50.508)
Outros Créditos	2.304	178	272
Outros Valores e Bens	(42)	(2.392)	(38)
Aumento/(Redução) dos Passivos			
Depósitos	1.374	8.621	(22)
Recursos de Aceites Cambiais	(8.412)	1.865	27.680
Relações Interfinanceiras	28	28	-
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1	(94)	66
Sociais e Estatutárias	-	(342)	342
Fiscais e Previdenciárias	(221)	(513)	649
Outras Obrigações	110	965	113
	<u>(11.369)</u>	<u>(7.028)</u>	<u>(18.999)</u>
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais			
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(15)	(21)	(180)
Aquisição de Intangível	(782)	(800)	(399)
	<u>(797)</u>	<u>(821)</u>	<u>(579)</u>
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento			
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento de Capital	-	10.000	25.000
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	(342)
	<u>-</u>	<u>10.000</u>	<u>24.658</u>
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento			
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>(12.166)</u>	<u>2.151</u>	<u>5.080</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	31.171	16.854	11.774
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	19.005	19.005	16.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Nota 1. Contexto operacional

A AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento (“AL5 S.A. CFI”), anteriormente denominada Amaggi S.A. – CFI, é uma Companhia de Capital fechado, autorizada sua constituição pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de fevereiro de 2017 tornando-se operacional em agosto do mesmo ano, com sede em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, tendo sido autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a funcionar em agosto de 2017, momento no qual passou a atender aos normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e preparar suas demonstrações financeiras com base no COSIF. Atua na forma de uma Financeira, que realiza operações de crédito nas modalidades Capital de Giro, atendendo clientes pessoas jurídicas; o Desconto de Recebíveis mediante a adiantamentos de recursos aos fornecedores da Amaggi; Crédito Consignado, modalidade de empréstimo pessoal com liquidação das parcelas por meio de desconto em folha de pagamento de colaboradores de empresas conveniadas, inclusive entidades públicas; Crédito Direto ao Consumidor, modalidade de empréstimo pessoal, realizado através de ferramentas digitais e correspondentes bancários; e ainda o financiamento de veículos e outros bens, como por exemplo, máquinas e implementos agrícolas.

Além dos produtos de crédito, a AL5 S.A. CFI, oferta a seus clientes a conta de pagamentos digital *AL5 Bank*. Disponível na versão *mobile*, por meio dela, é possível realizar transferências de recursos financeiros via *PIX* e *Ted*, pagamento de contas, recarga de celulares e contratar operações de crédito na modalidade “Consignado”.

A captação de recursos é realizada de clientes pessoas físicas e jurídicas, dentro do próprio conglomerado Amaggi e também em outras fontes no mercado, pelos canais de relacionamento com os clientes ou corretoras de valor, através da aplicação financeira em Certificado de Depósitos Bancários (CDB), Recibos de Depósitos Bancários (RDB) e Letras de Câmbio (LC).

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 06 de agosto de 2020, foi aprovado a alteração da razão social para AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento, o que já foi aprovado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) através do Ofício 20222/2020-BCB-DEORF., datado de 21 de setembro de 2020.

Nota 2. Base de Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, com alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), o que inclui os seguintes procedimentos contábeis emitidos pelo CPC:

CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 - Ativo Intangível, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 33- Benefícios a Empregados e CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

Através da Resolução CMN nº 4720, de 13 de maio de 2019, alterada pela Resolução CMN nº 4818, de 29 de maio de 2020, o órgão regulador, Banco Central do Brasil (BACEN), normatizou procedimentos para elaboração e divulgação a serem aplicados prospectivamente para as demonstrações financeiras relativas às datas-bases a partir de janeiro de 2020, passando a contemplar a divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) e a alteração dos períodos de comparabilidade das demonstrações.

Em 4 de setembro de 2019, o Banco Central do Brasil (BACEN), emitiu a Circular CMN nº 3.959/19, que estabelece os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. Esta circular detalha os agrupamentos de contas e critérios contábeis que devem ser adotados para as divulgações das demonstrações financeiras. Portanto, o Balanço Patrimonial ao final do período corrente foi comparado ao Balanço Patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações foram comparadas aos mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis determinantes da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Executiva em 24 de março de 2021.

Nota 3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao período apresentado e contido nessas demonstrações financeiras.

a) Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos originais sejam iguais ou inferiores a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado insignificante.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Os ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

d) Relações Interfinanceiras

Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil - BACEN, referente aos sistemas de pagamento instantâneo – SPI.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, as cotas de fundos de investimentos detidos pela AL5 S.A. CFI são avaliadas e classificadas como:

Títulos disponíveis para venda - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro-rata dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável.

As operações de créditos contratadas com o cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50 mil são classificadas em função dos atrasos consignados no artigo 4º da Resolução 2.682, observado que a classificação deve corresponder, no mínimo, ao nível A. Com relação ao período de atraso verificado nas operações de crédito com prazo a decorrer superior a 3 anos, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As operações classificadas como nível “H” (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H”, admitindo-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 8º da Resolução CMN nº 2.682/99. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

g) Outros Créditos e Outros Valores e Bens

São demonstrados pelos valores de realização, deduzidos quando aplicável, das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculadas “pro-rata dia” e provisão para perdas, quando julgado necessário.

h) Ativos circulante e Realizável a Longo Prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

i) Imobilizado de Uso e Intangível

Imobilizado de uso: É demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é registrada por meio do método linear, tendo como base as taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Intangível: O intangível é composto por ativos não monetários identificáveis sem substância física. Os valores registrados como ativo intangível são relativos a softwares, sendo que a Companhia irá obter benefícios desses itens em até cinco anos. Estes são ajustados por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, conforme demonstração na Nota Explicativa nº 10.

j) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro-rata” dia.

k) Benefícios de Curto Prazo à Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota o regime do lucro real estimativa mensal para apuração dos tributos.

O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, ou seja, R\$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 15% a partir de 1º de janeiro de 2019 conforme legislação fiscal em vigor, pertinente a cada encargo.

Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, além do prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

m) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

A AL5 S.A. CFI revisa as estimativas e premissas, pelo menos por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras.

Nota 4. Processo de Gestão de Risco

a) Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Risco

O gerenciamento de risco é uma ferramenta primordial para garantia do uso adequado do capital e a melhor relação entre o risco e o retorno para a AL5 S.A. CFI.

Dentro dos princípios de gerenciamento de riscos, deve haver o envolvimento dos gestores das áreas em todos os níveis da AL5 S.A. CFI, já que todos são responsáveis por avaliar, mitigar e controlar os riscos. Todos os colaboradores da AL5 S.A. CFI são responsáveis pela identificação e registro das ocorrências que impliquem em possíveis perdas financeiras.

O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades da AL5 S.A. CFI são realizados por pessoa independente por meio de políticas de controles, estabelecidos por meio de estratégias de operação, determinação de limites, assim como do monitoramento frequente das posições assumidas por meio de técnicas específicas, em conformidade com as diretrizes da AL5 S.A. CFI pela Administração.

A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

b) Risco de Crédito

Conforme a Resolução 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN) o Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, reestruturação de instrumentos financeiros e aos custos de recuperação.

A estrutura de gerenciamento de riscos da AL5 S.A. CFI possui normas e procedimentos operacionais, buscando meios de identificar, avaliar, monitorar e controlar o risco de crédito associado às operações da Instituição.

c) Risco Operacional

A Resolução nº 4.557/17 define Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Na definição de risco operacional, inclui-se ainda o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades envolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional na AL5 S.A. CFI tem por objetivo a definição e revisão constante de ações, buscando a captura organizada de informações que permitem a identificação de fragilidades nos processos operacionais e a avaliação e adoção de planos de melhoria correspondentes, considerando a adequada relação custo e benefício de sua implementação.

d) Risco de Mercado e Liquidez

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira.

A AL5 S.A. CFI, desde o início das suas atividades e da implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e da estrutura de gerenciamento contínuo de capital, busca desenvolver e aprimorar seus processos, visando manter contingente, ferramentas e metodologias adequadas ao seu enquadramento no Segmento 4 (S4), conforme definição da Resolução CMN nº 4.557/17, desta forma as referidas estruturas devem ser:

- Compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição;
- Proporcionais à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela Instituição;
- Adequadas ao perfil de riscos e à importância sistêmica da Instituição; e
- Capazes de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Instituição atua.

A Resolução nº 4.557/17 define que o Risco de Liquidez é a possibilidade da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos, e obrigações.

A AL5 S.A. CFI possui uma estrutura para o gerenciamento do risco de liquidez, que tem por objetivo gerir e manter a liquidez necessária para honrar as suas obrigações no momento em que são devidas e assim garantir a continuidade dos negócios sem incorrer em custos adicionais de captação ou perdas financeiras na liquidação de ativos.

e) Gestão de Capital

Por Capital entende-se como o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, que compõem o Patrimônio de Referência (PR), e que foram enquadrados e autorizados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) especificamente para este fim.

f) Índice de Basileia

O Banco Central do Brasil (BACEN), por meio das Resoluções n.ºs 4.192/13 e 4.278/13 instituiu a apuração do Patrimônio de Referência por meio da Resolução n.º 4.193/13 instituiu apuração do patrimônio de referência mínimo requerido (8%) para os ativos ponderados pelo risco (RWA). A instituição adota uma estrutura de gerenciamento de capital objetivando manter um nível mínimo de capital superior às exigências mínimas regulatórias. O índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2020 apurado é de 41,59% frente a 39,69% em 31 de dezembro de 2019. A tabela abaixo demonstra, além do índice de Basileia, a composição do Patrimônio de Referência e as parcelas requeridas pelos ativos ponderados pelo risco (RWA).

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio de Referência	44.372	39.133
Patrimônio de Referência Nível I	44.372	39.133
Capital Principal	44.372	39.133
Ativos Ponderados Pelo Risco (RWA)	106.699	98.604
Risco de Crédito	85.978	78.989
Risco de Mercado	-	-
Risco Operacional	20.722	19.615
Índice de Basileia	41,59%	39,69%

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, é composto nesta data-base seguintes montantes:

a) Disponibilidades

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Depósitos bancários	446	278
Total	446	278

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Compromissadas (i)	18.559	16.576
Total	18.559	16.576

(i) Em 31 de Dezembro de 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro no montante de R\$ 18.559 com data de revenda prevista para o dia 04 de janeiro de 2021 (*Overnight*), desta forma, não há aplicações interfinanceiras de longo prazo.

Nota 6. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está classificada de acordo com a Circular 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) na categoria disponíveis para venda, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2020 apresentavam montantes de R\$ 14 e estavam representadas por aplicação em cotas de fundos de investimentos de curto prazo.

Composições da Carteira

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado
Títulos disponíveis para venda	14	14	501	501
Carteira Própria	14	14	501	501
Cotas de Fundos de Investimento (i)	14	14	501	501
Total	14	14	501	501

(i) O valor da aplicação em cotas do fundo reflete o valor da última cota divulgada pelo administrador do fundo e disponibilizada na CVM. Os saldos em Cotas de Fundos de Investimento são resgatáveis a qualquer momento.

Nota 7. Relações Interfinanceiras

	31/12/2020	31/12/2019
Transações de Pagamentos Instantâneos (i)	47	-
Banco Central – Conta de Pagamento Instantâneo (ii)	472	-
Total	519	-

(i) Valores a receber de instituições de pagamento, referente a transações de pagamento instantâneo.

(ii) Valores recolhidos ao Banco Central por titular de Conta de Pagamento Instantâneo (Conta PI), para operações de pagamento instantâneo (IN BCB nº 25).

Nota 8. Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Resolução CMN nº 2.682/99 dispõe sobre critérios para a classificação das operações de crédito, assim como para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em critérios de avaliação de risco de clientes/operações e atrasos. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos respectivos níveis de risco estão demonstradas a seguir:

a) Composição da Carteira de Crédito por Segmento Econômico e Nível de Risco:

Nível de Risco	Pessoa			% Provisão	Provisão 2020	Pessoa			% Provisão	Provisão 2019
	Jurídica	Física	Total			Jurídica	Física	Total		
A	12.435	35.854	48.289	0,5	241	6.677	31.062	37.739	0,5	189
B	8.561	3.436	11.997	1	120	14.177	2.904	17.081	1	170
C	19.485	5.483	24.968	3	749	17.341	4.668	22.009	3	660
D	226	1.548	1.774	10	178	166	581	747	10	75
E	945	1.222	2.167	30	650	2.519	246	2.765	30	827
F	-	864	864	50	432	-	70	70	50	35
G	2.098	899	2.997	70	2.098	216	90	306	70	214
H	2.112	10.378	12.490	100	12.490	-	450	450	100	437
Total	45.862	59.684	105.546		16.958	41.096	40.071	81.167		2.607

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a carteira de crédito estava composta dos seguintes saldos:

Produto	31/12/2020			31/12/2019		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Consignado	9.286	3.658	12.944	9.850	2.885	12.735
Capital de Giro	20.646	21.485	42.131	24.151	9.487	33.638
Empréstimo Pessoal	32.316	6.944	39.260	18.970	5.290	24.260
Desconto de Recebíveis	2.475	-	2.475	2.130	-	2.130
Financiamento de Veículos	2.368	2.035	4.403	3.254	3.055	6.309
Financiamento Demais Bens	1.846	2.487	4.333	1.074	1.021	2.095
Total da Carteira de Crédito	68.937	36.609	105.546	59.429	21.738	81.167
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	14.140	2.818	16.958	2.120	487	2.607
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	54.797	33.791	88.588	57.309	21.251	78.560

	31/12/2020	Participação	31/12/2019	Participação
Setor Privado				
Pessoas Físicas	59.484	56,4%	39.985	49,3%
Outros Serviços	21.886	20,7%	11.803	14,5%
Comércio	22.091	20,9%	16.535	20,4%
Indústria	1.885	1,8%	11.625	14,3%
Rural	-	0,0%	1.133	1,4%
Setor Público				
Pessoas Físicas	200	0,2%	86	0,1%
Total	105.546	100%	81.167	100%

b) Composição da Carteira de Crédito por Vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
Parcelas em Curso Normal:		
De 1 a 30 dias	5.894	4.658
De 31 a 60 dias	10.498	7.679
De 61 a 90 dias	3.546	5.181
De 91 a 180 dias	15.389	15.862
De 181 a 360 dias	22.022	24.064
Acima de 360 dias	36.610	21.738
Subtotal	93.959	79.182
Parcelas Vencidas:		
De 1 a 14 dias	768	279
De 15 a 30 dias	656	224
De 31 a 60 dias	1.149	279
De 61 a 90 dias	1.060	351
De 90 a 120 dias	2.027	526
De 121 a 150 dias	1.046	70
De 151 a 180 dias	1.034	66
De 181 a 240 dias	1.884	82
De 241 a 360 dias	1.952	98
Acima de 360 dias	10	10
Subtotal	11.587	1.985
Total	105.546	81.167

c) Movimentação da Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	(2.607)	(875)
Constituições	(18.061)	(2.443)
Baixas	3.710	711
Saldo Final	(16.958)	(2.607)

d) Concentração dos Maiores Devedores:

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
Maior devedor	8.754	8	5.155	6
Dez maiores devedores ⁽¹⁾	38.800	37	29.782	37
Vinte maiores devedores	49.209	47	41.015	51
Cinquenta maiores devedores	54.820	52	48.002	59
Cem maiores devedores	56.409	53	49.447	61

(1) Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o maior volume de operações é de clientes pessoa jurídica com operações de Capital de Giro.

e) Resultado de Operações de Crédito:

	2º Semestre		2019
	2020	2020	
Rendas com Empréstimos	11.898	24.867	10.053
Rendas com Direitos Creditórios	111	265	29
Rendas com Financiamentos	625	1.170	715
Total	12.634	26.302	10.797

f) Renegociação e Recuperação de Créditos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 registrou-se a recuperação de créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 312, ante R\$ 50 no mesmo período do ano anterior.

Nota 9. Outros Créditos - Diversos

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos e Antecipações Salariais (a)	4	23
Adiantamentos para Pagamentos (b)	12	-
Créditos Tributários de Impostos (c)	1.720	-
Impostos e contribuições a compensar (d)	30	201
Imposto de Renda a recuperar (e)	13	13
Total	1.779	237

(a) Adiantamentos e Antecipações Salariais

Em 31 de dezembro de 2020 apurou-se R\$ 4 referente a adiantamentos de salários, realizados no segundo semestre de 2020, que serão descontados em períodos futuros, contra R\$ 23 no mesmo período do exercício anterior.

(b) Adiantamentos para Pagamentos

Adiantamentos à fornecedores, no valor de R\$ 12 em 31 de dezembro de 2020.

(c) Créditos Tributários de Impostos

Em 31 de dezembro de 2020 foram apurados créditos referentes a Imposto de renda (R\$ 1.075) e Contribuição Social (R\$ 645), sobre prejuízos fiscais constituídos no exercício, nos termos da Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020.

(d) Impostos e contribuições a compensar

Os impostos e contribuições a compensar referem-se a valores de imposto de renda recolhidos ou retidos indevidamente em períodos anteriores, no valor de R\$ 30 em 31 de dezembro de 2020, ante R\$ 201 em 31 de dezembro de 2019.

(e) Imposto de Renda a recuperar

Imposto de renda a recuperar refere-se a imposto de retidos na fonte oriundos de resgates de aplicações financeiras de períodos anteriores, no total de R\$ 13.

Nota 10. Outros Valores e Bens

Outros valores e bens está composto por Bens Não de Uso Próprio (R\$ 2.248), material em estoque (R\$ 26) e despesas antecipadas com a contratação de serviços de armazenamento de dados em ambiente digital, por um período de três anos (R\$ 146) e outras (R\$ 10).

Outros Valores e Bens	31/12/2020			31/12/2019
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total
Serviço de Armazenamento de Dados	68	78	146	38
Outros	10	-	10	-
Total	78	78	156	38

Nota 11. Imobilizado de Uso

	12/2020			
	Taxas de Depreciação (ao ano)	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	250	(65)	185
Sistema de Processamento de Dados	20%	165	(74)	91
Total		415	(139)	276

	12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Taxa (%)	12/2020
Móveis e Equipamentos de Uso	210	-	-	(25)	10	185
Sistema de Processamento de Dados	101	21	-	(31)	20	91
Total	311	21	-	(56)		276

Nota 12. Intangível

	12/2020			
	Taxas de Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Outros Ativos Intangíveis	20%	1.428	(270)	1.158
Total		1.428	(270)	1.158

	12/2019	Adições	Baixas	Amortização	Taxa (%)	12/2020
Outros Ativos Intangíveis	530	800	-	(172)	20	1.158
Total	530	800	-	(172)		1.158

É representado por desenvolvimento de software e website registrado pelo custo de aquisição e amortizado, de forma linear, pelo prazo estimado de benefício econômico.

Nota 13. Depósitos e Recursos de Aceites Cambiais

	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>Acima de 3 anos</u>	<u>Saldo em 31/12/20</u>	<u>Saldo em 31/12/19</u>
Depósitos a prazo (a)	10	3.773	4.078	770	8.631	10
Recursos de Aceites e emissão de Títulos (b)	-	-	12.225	45.862	58.087	56.222
Total	10	3.773	16.303	46.632	66.718	56.232

(a) Depósitos a prazo

Representado por Certificados de Depósitos Bancários e Recibo de Depósitos Bancários no montante de R\$ 8.631 com vencimento até 02 de maio de 2025 com taxa média de 119% do DI;

(b) Recursos de aceites cambiais

Representado por Letras de Câmbio no montante de R\$ 58.087 com vencimento até 05 de março de 2025 com taxa média de 104% do DI;

Nota 14. Outras Obrigações

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IOF a Recolher	1	95
Total	1	95

b) Sociais e Estatutárias

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Juros sobre capital próprio a pagar (i)	-	342
Total	-	342

(i) O pagamento de juros sobre capital próprio está previsto no Parágrafo 4º do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia e são equivalentes à distribuição e pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme caput do mesmo artigo.

c) Fiscais e Previdenciárias:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Impostos e Contribuições A Recolher (i)	237	750
Total	237	750

(i) Referem-se a valores de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, bem como INSS, FGTS e IRRF sobre folha em 31 de dezembro 2020, além de tributos retidos sobre serviços prestados por terceiros.

d) Recursos Vinculados a Operações de Crédito

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Operação Ativa Vinculada (i)	797	-
Total	797	-
Curto Prazo	184	-
Longo Prazo	613	-

(i) Realizado nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02, com vencimentos até 15 de abril de 2025.

e) Diversas:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	229	245
Credores diversos – País	230	46
Total	459	291

(i) As provisões referem-se a despesas de pessoal relativo a férias, décimo terceiro salário e respectivos encargos, apropriadas mensalmente conforme regime de competência.

Nota 15. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 50.000, totalmente integralizado, representado por 50 milhões de ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, assim a totalidade de ações representativas do Capital Social da Sociedade por Ações denominada AL5 S.A Crédito, Financiamento e Investimento.

Reservas de Lucros

Reserva Legal

Constituição obrigatória, em conformidade com artigos 182 e 193 da lei 6.404/76, à base de 5% do lucro líquido do período. Não foi apurado lucro no período.

Lucros ou Prejuízos Acumulados

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízos acumulados	(4.483)	(349)
Juros Sobre Capital Próprio	-	(342)
Total	(4.483)	(691)

A Companhia apurou prejuízo na ordem de R\$ 3.792 ao longo do exercício de 2020.

Nota 16. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado foram apurados através do regime de apuração do lucro real estimativa mensal.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social - Valores Correntes e Diferidos:

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	(3.431)	(3.431)	1.579	1.579
Adições				
Permanentes	14	14	14	14
Temporárias				
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	18.408	18.408	2.481	2.481
Prorrogação Licença Maternidade	-	-	-	-
Exclusões Permanentes	-	-	(342)	(342)
Exclusões Temporárias	(13.983)	(13.983)	(868)	(868)
Prejuízo Fiscal	-	-	(407)	(407)
Base de Cálculo	1.008	1.008	2.457	2.457
IR e CS Apurado	228	151	15	-
Benefício do Pat	6	-	18	-
Prorrogação Licença Maternidade	2	-	236	142
Ativo Fiscal Diferido	1.075	645	561	394
Efeito do IR e CS no Resultado	210	151	797	536

Nota 17. Custódia dos Títulos da Carteira

O controle das cotas dos fundos de investimento que compõem a carteira do Fundo está sob a responsabilidade do Administrador do fundo investido.

Nota 18. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas conforme observado no Pronunciamento Técnico CPC 05, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 30 de outubro de 2008.

São partes relacionadas à esta Companhia os controladores e acionistas, seus familiares e diretores, membros-chave da administração.

Os valores de captação com partes relacionados são remunerados a taxa média de 107% do DI.

	Passivo		Despesas	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Hermasa Navegação da Amazônia S.A.	(9.861)	(20.792)	(249)	(856)
Amaggi Exportação e Importação Ltda.	(31.224)	(27.603)	(45)	(481)
HFLC Administração e Participações Ltda.	(8.116)	(7.665)	(188)	(586)
Amaggi Participações Financeiras	(8)	-	-	-
Maggi Energia S.A.	(1.981)	-	(24)	-
Pessoas Físicas	(8.939)	-	(113)	-
Recursos de Aceites e emissão de Títulos	(60.129)	(56.060)	(619)	(1.913)

Os saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 referem-se a captações em letras de câmbio, CDB e RDB.

a) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Foi definido pela presidência da AL5 S.A – CFI e aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, o teto de remuneração do pessoal-chave da Administração para o ano de 2020 o montante global de até R\$ 7.000 e para o ano de 2019 valor total de R\$ 500.

Nota 19. Outras Informações

a) Receitas da Intermediação Financeira

	2º Semestre		
	de 2020	2020	2019
Operações de Crédito	12.634	26.302	10.797
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	246	514	2.762
Operações Com. Títulos e Valores Mobiliários	-	5	24
Total	12.880	26.821	13.583

b) Despesas de Captação

	2º Semestre		
	de 2020	2020	2019
RDB	105	151	1
Letras de Câmbio Pós	623	1.700	3.596
Total	728	1.851	3.597

c) Outras Despesas de Intermediação Financeira

	2º Semestre de 2020	2020	2019
Comissões (i)	1.506	3.079	994
Total	1.506	3.079	994

(i) Comissões pagas à correspondentes bancários pelos serviços de intermediação financeira em operações de crédito.

d) Receitas por Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

	2º Semestre de 2020	2020	2019
Tarifa de cadastro	513	1.002	704
Aditamento de contrato	17	18	9
Emissão de contratos	70	152	42
Total	600	1.172	755

e) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre de 2020	2020	2019
Contribuição Ordinária ao FGC	43	80	69
Processamento de Dados	1.157	2.088	1.160
Serviços Técnicos Especializados	305	562	474
Serviços do Sistema Financeiro	164	334	276
Seguros	16	34	19
Comunicações	57	109	53
Manutenção e Conservação	6	11	2
Serviços de Terceiros	177	382	242
Propaganda e Publicidade	77	98	57
Promoções e Realizações	-	12	4
Publicações	23	35	28
Material	2	16	6
Viagens	-	27	112
Amortização	110	172	48
Depreciação	29	56	43
Outras Despesas Administrativas	176	435	199
Total	2.342	4.451	2.792

f) Despesas de Pessoal

	2º Semestre de 2020	2020	2019
Proventos	1.078	2.245	1.701
Encargos	328	648	532
Benefícios	332	667	446
Outros	6	19	14
Total	1.744	3.579	2.693

g) Despesas Tributárias

	2º Semestre de 2020	2020	2019
COFINS	124	295	334
PIS	20	48	55
ISS	33	66	52
IOF	3	5	3
Total	180	414	444

h) Outras Receitas e Despesas

	2º Semestre de 2020	2020	2019
Outras rendas operacionais (i)	287	334	50
Outras rendas não operacionais (ii)	55	137	290
Outras despesas operacionais (iii)	(55)	(113)	(97)
Total	287	358	243

(i) Refere-se à recuperação de créditos baixados como prejuízo

(ii) Refere-se a receitas de atualizações por valor presente dos créditos tributários calculados com base na taxa Selic, descontos obtidos, despesas recuperadas e comissões por intermediação financeira.

(iii) Refere-se a despesas diversas inerentes a operação da AL5 S.A. CFI, tais como serviços de análises e informações para decisões de crédito, despesas postais, dentre outros.

j) Contingências

Em 2020 e 2019 não existiram processos judiciais ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos devidos.

k) Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o semestre findo em 31 de dezembro de 2020.

Tarcísio Hubner
Diretor Presidente

Patrícia Michelli Alves de Lima
Diretora Administrativa e Financeira

Derli Teobaldo Halberstadt
Contador – CRC-PR-042073/O-6